



UM ESTUDO PRELIMINAR SOBRE AS RELAÇÕES ENTRE POLÍTICA E ANÁLISE DO COMPORTAMENTO NO PARANÁ

Kawana Imamura Jeronimo (PIC/UEM), Laís Facchini (PIC/UEM), Carlos Eduardo Lopes (orientador), Caroline Laurenti (co-orientadora), e-mail: caedlopes@gmail.com

Universidade Estadual de Maringá / Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes/Maringá, PR.

Área e subárea do conhecimento: Ciências Humanas - Psicologia

Palavras-chave: Analista do comportamento, críticas políticas, posicionamento político.

Resumo

A análise do comportamento é uma abordagem psicológica que desde sua origem é alvo de críticas de cunho social e político. Dentre essas críticas, duas se destacam: 1) a análise do comportamento difundiria um visão neutra ou apolítica, seguindo os passos das ciências naturais não se envolveria com questões sociais; 2) a análise do comportamento seria irremediavelmente reacionária e antidemocrática, servindo aos interesses da elite para manipular a sociedade em favor dos detentores do poder econômico. Ao responder a essas críticas, os analistas do comportamento geralmente argumentam que elas se embasam em confusões acerca da teoria e de seus conceitos, o que tem estigmatizado a área. Esta pesquisa teve o objetivo de avaliar a pertinência dessas críticas por meio da investigação do posicionamento político de professores analistas do comportamento do estado do Paraná. Para tanto foi enviado um questionário para profissionais devidamente selecionados, e em seguida realizada a análise qualitativa e quantitativa dos dados obtidos. Os resultados mostram que apesar de ser possível refutar a crítica de que os analistas do comportamento teriam posicionamento reacionário e antidemocrático, a crítica de que eles seriam neutros e apolíticos ainda seria pertinente.

Introdução



FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA

CNPq
Conselho Nacional de Desenvolvimento
Científico e Tecnológico



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Secretaria da Ciência, Tecnologia
e Ensino Superior



A análise do comportamento é uma abordagem psicológica que foi e ainda é alvo de críticas sociais e políticas (CARRARA, 2005; HOLLAND, 1978). Entre essas críticas, duas são recorrentes: 1) a análise do comportamento seria uma abordagem neutra e apolítica (REIS; GUARESCHI, 2010); e 2) ela desempenharia um papel reacionário, servindo aos interesses de um Estado conservador (CARRARA, 2005).

A primeira das críticas decorre de uma dirigida às psicologias científicas em geral, que tentariam manter-se neutras, afastando-se de questões sociais e culturais (REIS; GUARESCHI, 2010). No que diz respeito à segunda crítica, ela parece assentar-se em dados históricos questionáveis. Antunes (1996), por exemplo, afirma que o behaviorismo chegou no Brasil no contexto da ditadura militar e, portanto, teve a função de manter o sistema vigente, empregando seus conhecimentos sobre controle do comportamento e condicionamento. Entretanto, o behaviorismo chega ao Brasil em 1961, com F. S. Keller, como uma proposta de psicologia experimental dos primeiros cursos de graduação em psicologia. Com o golpe militar muitos dos percursos nacionais da análise do comportamento foram perseguidos e cassados (MATOS, 1998), o que contradiz a tese de que eles estavam à serviço da ditadura.

Além disso, essas críticas geralmente partem de um equívoco acerca do conceito de controle. Para muitos críticos, controle é entendido como instrumento de manipulação institucional, e se os analistas do comportamento defendem o controle, eles necessariamente agem a favor do Estado, mantendo sua estratificação e exploração. Entretanto, reconhecendo a importância do ambiente social, alguns profissionais defendem a necessidade de um envolvimento político, buscando revelar as contingências exploradoras que a elite utiliza para manipular a população (HOLLAND, 1978). Dessa forma, o analista do comportamento deveria trabalhar para que o bem comum torne-se mais reforçador que o acúmulo individual, criando contingências que enfraqueçam o comportamento competitivo e favoreçam a cooperação.

Diante dessa possibilidade, cabe perguntar: será que as críticas citadas são de fato consistentes com os posicionamentos políticos dos profissionais da análise do comportamento? Ou são resultado de uma série de confusões históricas e filosóficas sobre essa proposta de psicologia? Esta pesquisa teve o objetivo de investigar essas questões, avaliando se os compromissos políticos de professores analistas do comportamento no Paraná são condizentes com as críticas políticas tradicionalmente endereçadas à teori.





Materiais e métodos

Foram convidados a participar da pesquisa 49 professores do Estado do Paraná, que possuem produção ou atuação orientada pela análise do comportamento, selecionados na Plataforma Lattes (CNPq). O convite foi encaminhado por e-mail, juntamente com um questionário eletrônico.

O material utilizado foi questionário eletrônico era composto por quatro partes: 1) termo de consentimento livre e esclarecido; 2) informações gerais do participante; 3) um conjunto de onze afirmações sobre política, com opções de respostas baseada na escala *Likert* (Concordo plenamente; Concordo; Indiferente; Discordo e Discordo plenamente); 4) uma questão aberta, com resposta opcional, sobre o posicionamento político específico do professor.

Resultados e Discussão

Dos 49 professores convidados a participar da pesquisa, 18 responderam o questionário eletrônico. Destes, 10 discordaram que a análise do comportamento é uma abordagem psicológica que exige um posicionamento político específico, enquanto 6 concordaram com essa afirmação e 2 foram indiferentes. Apesar de majoritariamente não reconhecerem a análise do comportamento como uma ciência que exige um posicionamento político específico, 10 professores concordaram que existe uma relação estreita entre o posicionamento político e o comprometimento teórico do analista do comportamento, 7 discordaram e 1 foi indiferente.

A segunda etapa consistiu em 11 questões sobre ideologias políticas específicas, cujas afirmações marcadas pela ideologia de direita tiveram uma média de discordância de 80%. Essas questões abordavam temas como a manutenção da desigualdade social, a defesa da privatização dos serviços públicos e críticas à reforma agrária. Já as afirmativas de posicionamento de esquerda, a concordância foi de cerca de 76%. Os conteúdos contemplavam a defesa da distribuição de renda, do bolsa família e das cotas sociais e a desaprovação do discurso da meritocracia.

As análises dos dados parecem refutar a crítica de que o behaviorismo radical conduziria a uma ideologia de direita reacionária, uma vez que a maioria desaprova dos conteúdos de direita e concorda com os enunciados de esquerda (cf. CARRARA, 2005). Contudo, a ausência de respostas abertas sobre o posicionamento político e o dado que mostra que a maioria





dos participantes (53%) acredita que a análise do comportamento não exige um posicionamento político específico, pode ser um indício de neutralidade política e, portanto, de falta de engajamento explícito por parte dos profissionais (REIS; GUARESCHI, 2010).

Conclusões

A baixa adesão de professores (cerca de 36%) pode sugerir que o tema é aversivo (ou pouco relevante). O fato de 6 participantes responderem que não têm posicionamento específico e 10 acreditarem que a análise do comportamento não exige isso, pode confirmar a crítica sobre a neutralidade. Por outro lado, os dados refutam a crítica de que a teoria seria irremediavelmente reacionária e antidemocrática, visto que cerca de 80% das respostas aprovaram ideais de esquerda. Embora o número limitado de participantes não permita generalização, os dados podem fomentar futuras discussões sobre esse tema, avaliando de maneira mais consistente as críticas sociais endereçadas à análise do comportamento.

Agradecimentos

Ao Programa de Iniciação Científica da UEM.

Referências

ANTUNES, M. A. M. **A psicologia no Brasil: leitura histórica sobre sua constituição**. 5 ed. São Paulo: Unimarco/Educ, 2007. p. 17-34.

CARRARA, K. **Behaviorismo radical: crítica e metacrítica**. São Paulo. Editora UNESP. 2005.

HOLLAND, J. G. Behaviorism: part of the problem or part of the solution? **Journal of Applied Behavior Analysis**. 1978. v.11. n.1. p. 163-174.

MATOS, M. A. Contingências para a análise comportamental no Brasil. **Psicologia USP**. 1998. vol.9.n.1.

REIS, C.; GUARESCHI, N. M. F. Encontros e desencontros entre Psicologia e Política: formando, deformando e transformando profissionais de saúde. **Psicologia: Ciência e Profissão**. 2010. v.30. n.4. p. 854-867.

